e, se existir provas de que a réplica foi tendenciosa, baseada em premissas falsas ou que tenha conotação preconceituosa, por exemplo, é possível trabalhar com algum tipo de responsabilização.

Por deixar claro que não substitui um profissional da saúde nem se apresentar como uma alternativa para o acompanhamento clínico profissional, segundo o advogado, a plataforma também não corre o risco de esse uso se enquadrar como publicidade enganosa. No entanto, o ChatGPT deve gerir os dados dos usuários e garantir que as informações sejam confidenciais, especialmente em questões de saúde.

Então, se a plataforma expor informações sensíveis, ela será penalizada com base na Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709/2018, que estabelece regras para a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais, tanto em meios físicos quanto digitais.

## Questões éticas

Diante desse cenário, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem se posicionado sobre os riscos e os limites do uso de IA em práticas relacionadas à saúde mental. De acordo com eles, o uso da inteligência artificial para substituir um serviço de psicoterapia não é seguro por questões éticas, como não existir uma pessoa responsável pelos impactos dessa interação, e por conta da falta de segurança de dados e técnica.

"As pessoas tendem a utilizar a inteligência artificial como se ela fosse neutra e tecnicamente objetiva, acreditando que essa neutralidade e objetividade aumentariam a eficácia da interação. No entanto, isso não se comprova", destaca Carolina Roseiro, conselheira do CFP. "Essa interação é construída a partir dos dados da própria pessoa que está interagindo. Ou seja, há um viés: a interação é enviesada de acordo com o perfil do usuário", acrescenta.

O órgão acompanha os debates legislativos sobre inteligência artificial e defende que qualquer uso em saúde, incluindo mental, seja enquadrado em uma classificação de risco. A orientação que o CFP tem encaminhado é de que as pessoas busquem inteligência artificial desenvolvida especificamente para aquele fim, que haja uma especialização desse uso.

Segundo Carolina, essas tecnologias desenvolvidas com a finalidade de suporte à intervenção em saúde precisam ter uma regulamentação específica e uma responsabilidade técnica humana, para que os órgãos responsáveis possam monitorar e intervir em relação às condições éticas, de confidencialidade e de oferta segura em termos de métodos e técnicas.

O CFP também define orientações claras para psicólogos que queiram usar IA como ferramenta de apoio em suas práticas. "O profissional precisa avaliar o contexto em que essa ferramenta vai ser utilizada. A recomendação é que o uso sempre seja feito com responsabilidade humana, com a inteligência artificial apenas como uma ferramenta de suporte, de apoio para o desempenho de serviços psicológicos", descreve.

Dessa forma, na avaliação de Carolina Roseiro, o Conselho Federal de Psicologia está caminhando para a construção de uma cartilha com orientações mais específicas para cada contexto: educação, saúde e trabalho, reforçando o papel da responsabilidade técnica relacionada aos serviços de tecnologia em todas as questões que envolvem suporte psicoterapêuticos.

